

FMI libera US\$ 9 bilhões amanhã

■ Segunda parcela do empréstimo sairá após diretoria do Fundo avaliar cumprimento de metas do acordo. Superávit está garantido

FERNANDA PARAGUASSU
Agência JB

BRASÍLIA - O Brasil receberá, nos próximos dias, cerca de US\$ 9 bilhões referentes à segunda parcela do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Amanhã, a diretoria-executiva do FMI vai avaliar o cumprimento das metas estabelecidas para o primeiro trimestre e, após a reunião, deve anunciar a liberação dos recursos. Desta vez, não está prevista a ida de nenhum membro da equipe econômica para Washington. O assunto deverá ser acompanhado de perto pelo representante do Brasil no Fundo, Murilo Portugal.

O acordo de US\$ 41,5 bilhões, anunciado no dia 13 de novembro do ano passado, teve que ser revisto depois da mudança na política cambial, em janeiro, quando o Banco Central (BC) trocou o sistema de bandas cambiais pelo regime de câmbio flutuante, o que provocou a desvalorização do real.

Retomada - Na semana passada, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do BC, Armínio Fraga, explicaram as alterações do acordo para senadores e deputados, no Congresso Nacional. Malan afirmou que os próximos meses serão de dificuldade para o país, mas que a retomada do crescimento da economia poderá acontecer no próximo semestre. Já Armínio Fraga disse que a política monetária rígida, o declínio da taxa de juros (que baixou de 45% ao ano para 42%) e o novo regime de câmbio indicam que "a inflação não voltará". O governo estima que a inflação fique um pouco abaixo dos 16,8% previstos para este ano no acordo com o FMI.

Pelo acordo, nos três primeiros meses deste ano, o país deve obter um superávit primário (excluindo gastos com juros) do setor público consolidado - que compreende governo central, estados, municípios e estatais - equivalente a 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Meta cumprida - Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, o governo federal está próximo de cumprir esta meta. Somente o governo central, que inclui Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, já acumula superávit primário de R\$ 2,815 bilhões nos dois primeiros meses, ou cerca de 2% do PIB. O valor é dez vezes maior que o registrado em igual período do ano passado. "No que depender do governo central, é possível até superar a meta", calcula.

Hoje, o Banco Central vai divulgar os números da política monetária e do setor externo referentes a fevereiro. Sabe-se, porém, que a meta indicativa para a dívida líquida do setor público consolidado de janeiro a março é de 52,2% do PIB, algo em torno de R\$ 505 bilhões. O critério de desempenho para a dívida externa do setor público não financeiro para o período é de US\$ 87,96 bilhões. Já as dívidas externas privadas com garantia do setor público devem ficar em torno de US\$ 1,58 bilhão.

Reservas - O acordo original estabelecia um limite mínimo de US\$ 20 bilhões para as reservas internacionais, que desapareceu assim que a nova política de câmbio flutuante passou a vigorar. Desta vez, o Banco Central tem limitadas as vendas líquidas das divisas em US\$ 8 bilhões entre março e junho. A partir daí, Fraga espera que as intervenções do BC no mercado de câmbio se tornem esporádicas.

Até quinta-feira passada, o país acumulava US\$ 34,210 bilhões em reservas de moeda estrangeira. Isto porque o BC gastou, até aquela data, apenas US\$ 1,118 bilhão dos US\$ 3 bilhões que poderiam ser injetados no mercado neste mês. Se o fluxo cambial não piorar nos últimos três dias úteis do mês, o BC poderá gastar além dos US\$ 2 bilhões programados com o FMI para abril.

Estefan Radovitz



O ministro Pedro Malan: mudança de critério de desempenho no FMI